Carta Dedicatória

Maquiavel dedica sua obra a Lorenzo de Medici (Lorenzo II), neto de Lorenzo, o Magnífico; apesar de pouco tempo antes ter sido preso e torturado, sob suspeita de participar de uma conjura contra os Medici, mas teve sua inocência reconhecida.

Quando Maquiavel foi apresentar *Il Principe* a Lorenzo II em 1515, este o acolheu com frieza.

Diz na dedicatória:

"Embora julgue este trabalho indigno de vossa presença, ainda assim confio que, por vossa humanidade, possa ser aceito, considerando que eu não vos poderia fazer melhor presente que vos dar a faculdade de entender em muito pouco tempo o que aprendi e compreendi em muitos anos, com tantas provações e perigos para mim mesmo."

O motivo que levou Maquiavel a dedicar o livro a Lorenzo é mostrado no último capítulo da obra.

Capítulo I: Os vários tipos de Estado, e como são instituídos

Maquiavel inicia seu livro falando sobre os tipos de Estado, que são segundo ele *repúblicas* ou *principados*, sendo estes últimos hereditários ou anexados pelo príncipe aos seus domínios – os estados novos.

"Os principados ou são hereditários, quando por muitos anos os governantes pertencem à mesma linhagem, ou foram fundados recentemente."

Capítulo II: As monarquias hereditárias

Neste capítulo Maquiavel fala que a dificuldade de se manter um Estado novo é maior do que a de se manter um Estado hereditário, pois quanto a este último, o povo já está acostumado com a soberania de uma família, de uma linhagem.

"[...] a dificuldade de se manter Estados herdados cujos súditos são habituados a uma família reinante é muito menor do que a oferecida pelas monarquias novas. Basta para isso evitar transgredir os costumes tradicionais e saber adaptar-se a circunstâncias imprevistas."

Se um príncipe conquista determinado Estado e tenta mudar seus costumes, corre o risco de o povo revoltar-se contra ele, o que pode gerar conspirações apoiadas pela grande massa – o povo. Deste modo, o príncipe respeitando a cultura local, se manterá no poder; a menos que, como diz Maquiavel, uma força excepcional o derrube, porém, se tal fato ocorrer, poderá reconquistá-lo na primeira oportunidade oferecida pelo usurpador.

Maquiavel ainda fala que na medida em que o soberano não ofende seus súditos e não mostra motivos para o povo odiá-lo, estes o quererão bem, e mais:

"[...] qualquer alteração na ordem das coisas prepara sempre o caminho para outras mudanças, mas num longo reinado os motivos e as lembranças das inovações vão sendo esquecidos."

Quando o povo vive do seu modo, com seus costumes e sendo respeitado pelo monarca, este se acomoda de tal forma que as lembranças, os desejos de mudanças vão sendo postos em esquecimento.

Capítulo III: As monarquias mistas

Maquiavel mostra neste capítulo que o povo tem sempre o desejo de mudança, desejo de melhoria; as pessoas, segundo Maquiavel, mudam com grande facilidade de governantes esperando tal mudança, que, no pensar de Maquiavel, é sempre para pior.

Para ele, o príncipe sempre precisará do favor dos habitantes de um território para poder dominá-lo. A imposição do novo governo ou provocações vindas dos soldados do monarca, ou outros motivos, podem gerar injúrias no povo, gerando, assim, inimigos para o príncipe – que são as pessoas ofendidas com a ocupação do seu território.

"[...] depois de conquistado uma segunda vez, os territórios rebeldes não voltam a ser perdidos com a mesma facilidade. A própria rebelião faz com que o monarca se sinta inclinado a fortalecer sua posição – punindo os rebeldes, desmascarando os suspeitos, revigorando seus pontos fracos."

Quando se é conquistado um território de mesma região e língua, é mais fácil de dominá-lo do que se não os fosse, ainda mais se este povo não estiver habituado com a liberdade. O novo príncipe deve extinguir toda a linhagem de seus antigos governantes, mas não pode deixar que haja divergência de costumes; deve também o príncipe fazer a manutenção das leis e dos tributos.

Ao se conquistar uma província com língua, leis e costumes diferentes, um dos meios mais seguros, segundo Maquiavel, é que o monarca vá pessoalmente habitá-lo. *“Estando o soberano presente, os distúrbios serão logo percebidos e rapidamente corrigidos.”* Outra forma seria de se estabelecer colônias em um ou dois lugares estratégicos na província, tomando as casas das pessoas que vivem neste local – por ser uma pequena parte da população, em nada representarão perigo ao monarca. A grande maioria da população também não fará mal ao príncipe, ao contrário, se sentirá grata pelo fato de o monarca os deixar em paz e não quererão ofender o soberano.

Disse Maquiavel: *“Note-se que é preciso tratar bem os homens ou então aniquilá-los. Eles se vingarão de pequenas injúrias, mas não poderão vingar-se de agressões graves; por isso, só podemos injuriar alguém se não temermos sua vingança.”*

O príncipe de um território estrangeiro deve liderar e defender seus vizinhos mais francos e procurar debilitar os mais poderosos. Não há dificuldade para se conquistar um território onde – movidos pela inveja dos que tinham o poder – os habitantes menos

poderosos apóiam o invasor; porém deve-se ter cuidado para que estes não adquiram poder e autoridade em demasia.

Disse Maquiavel: “... *as guerras não podem se evitadas e que, quando adiadas, só trazem benefícios para o inimigo.*”. A guerra é inevitável, então, quando se tem a oportunidade de enfrentar o inimigo, deve-se enfrentá-lo, quanto mais se adia uma batalha, mais o inimigo fica preparado, portanto, adiar uma guerra só traz sempre prejuízos ao monarca.

Capítulo IV: Por que o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores deste, após a sua morte

Sempre os reinos foram governados de duas formas: por um príncipe e seus assistentes; ou por um príncipe e vários barões, esses barões são ligados ao príncipe por laços de natural afeição. Estes que estão de junto ao príncipe, são os nobres, os prestigiados; mas dentre esses sempre há quem aspire por inovações. Estes podem abrir caminho para um invasor tomar o poder, facilitando sua vitória, vê-se assim que depois não bastará aniquilar apenas família do príncipe, mas também os nobres que estarão sempre prontos a liderar novas revoluções.

Capítulo V: O modo de governar as cidades ou Estados que antes de conquistados tinham suas próprias leis

Ao se dominar um Estado acostumado com a liberdade, e com suas próprias leis, Maquiavel mostra três formas e mantê-lo: primeira, arruinando-o; segunda, habitando-o (ver capítulo III); terceira, permitindo-lhe que viva seguindo suas próprias leis, pondo-lhe tributos e pondo ali um governo de poucas pessoas que sejam mantidas amigas.

"[...] a cidade habituada à liberdade pode ser dominada mais facilmente por meio dos seus cidadãos do que de qualquer outra, desde se queira preservá-la."

Quem se torna o senhor de uma cidade livre, e não aniquila, pode esperar ser destruído por ela, pois sempre haverá motivo para rebelião em nome da liberdade perdida e das suas eventuais tradições, que nem o curso do tempo nem os benefícios conseguem apagar.

Por isso se diz que é melhor respeitar os costumes do território conquistado, ou então, destruí-lo. Sempre estarão na mente do povo seus antigos costumes, e, mais cedo ou mais tarde estes se revoltarão contra o que está sendo imposto, e não haverá benefício ou tempo, como disse Maquiavel, que os faça esquecer, ainda mais se o povo estiver junto.

Quando um estado está habituado a viver sob o governo de uma linhagem de príncipes que tenha sido extinta, seu povo não entrará em acordo para a escolha de um soberano; assim é fácil, pois, dominá-los, pois este povo não sabe viver em liberdade.

"Nas repúblicas, por outro lado, há mais firmeza, brio, maior ódio, e desejo de vingança; não poderão abandonar a memória de sua antiga liberdade. Assim, o meio mais seguro de dominá-las será devastá-las, ou nelas habitar."

Esses ensinamentos de Maquiavel nos mostram que o príncipe, sempre mais que tudo, deve manter o povo, diríamos talvez que, "inconsciente", enganados com a situação de que tudo está bem e de que o príncipe é bom; quando não se pode dar essas impressões ao povo – segundo Maquiavel – deve-se aniquilá-lo para que o poderio do monarca continue, pois caso o contrário, o povo se revoltará, derrubando o monarca.

Assim o monarca deve sempre procurar estar bem com o povo, pois este último tendo consciência ou não, é sempre a força maior; apesar de sempre ser a classe inferior. O que seria de um reino sem povo? Quem pagaria os tributos? Quem trabalharia pra sustentar os luxos do príncipe? Quem seria governado? O príncipe só é príncipe quando tem quem governar.

Capítulo VI: Os novos domínios conquistados com valor e com as próprias armas

Os homens sempre procuram seguir os caminhos percorridos por outrem, pondo em prática seus atos que deram certo e evitando praticar seus passos que não deram certo. Os que se tornam príncipes por seu próprio valor e com suas próprias armas, se tornam príncipes com dificuldade, mas mantêm facilmente seu poder. Segundo Maquiavel, as dificuldades se originam em parte nas inovações que são obrigados a introduzir para organizar seu governo com segurança.

"Vale lembrar que não há nada mais difícil de executar e perigoso e manejar (e de êxito mais duvidoso) do que a instituição de uma nova ordem de coisas. Quem toma tal iniciativa suscita a inimizade de todos os que são beneficiados pela ordem antiga, e é defendido tibiamente por todos os que seriam beneficiados pela nova ordem – alta de calor que se explica em parte pelo medo dos adversários, quem têm as leis do seu lado, e em parte pela incredulidade dos homens."

Quanto a isso, Maquiavel diz que a natureza dos povos é lábil: é fácil persuadi-los de uma coisa, mais é difícil que mantenham sua opinião. E que convém ordenar tudo de modo que, quando não mais acreditarem, se lhes possa fazer crer pela força.

Quem com suas próprias armas consegue algo, valoriza mais do quem conquista com armas alheias.

Capítulo VII: Os novos domínios conquistados com as armas alheias e boa sorte

Quem chega ao poder em troca de dinheiro ou pela graça alheia, com muita dificuldade manter-se-á no poder. Só com muito engenho e valor poderá se manter.

"Além disso, os Estados criados subitamente – como tudo o mais que na natureza nasce e cresce com rapidez – não podem ter raízes sólidas, profundas e ramificadas, de modo que a primeira tempestade os derruba. A não ser que, conforme já

disse, a pessoa que chegou ao poder tenha tanta virtude que saiba conservar o que a sorte lhe concedeu tão de súbito, estabelecendo, em seguida, as bases que os outros precisam erigir antes de se tornarem príncipes."

Chegar ao poder dessa forma, é chegar despreparado, sem raízes; quem não cuidar de procurar se estabilizar, valorizar, tornar-se astuto, perderá o Estado. Ou no caso se é possível prever, se deve suprir essas carências bem antes.

Capítulo VIII: Os que com atos criminosos chegaram ao governo de um Estado

Maquiavel cita dois exemplos de pessoas que se tornaram príncipes por meio do crime, o primeiro, o de Agátocles – após tantas traições e tão grande crueldade – que além de ter obtido êxito na conquista, conseguiu se manter no poder por muito tempo; Maquiavel explica esse fato ao de que Agátocles usou da crueldade apenas uma vez: para chegar ao poder. Chegando ele lá, foi diminuindo sua crueldade de modo a ser querido por seu povo.

O segundo exemplo é o de Oliverotto de Fermo que com tamanha crueldade chegou ao poder, e lá se manteve cruel, o que fez com que pouco tempo depois, este fosse derrubado do poder e morto por César Borgia, juntamente com seu mestre em virtudes e atrocidades Vitellozzo.

"Não se pode, contudo, achar meritório o assassinio dos seus compatriotas, a traição dos amigos, a conduta sem fé, piedade e religião; são métodos que podem conduzir ao poder, mas não à glória."

"[...] ao tomar um Estado, o conquistador deve definir todas as crueldades que necessitará cometer, e praticá-las todas de uma vez, evitando ter de repeti-las a cada dia; assim tranquilizará o povo, ao não renovar as crueldades, seduzindo-o depois com benefícios. Quem agir diferentemente, [...], estará obrigado a estar sempre de arma em punho, e nunca poderá confiar em seus súditos, que devido às contínuas injúrias, não terão confiança no governante."

"Os benefícios, por sua vez, devem ser concedidos gradualmente, de forma que sejam mais bem apreciados."

O príncipe deve sempre agir pensando no povo, pois na verdade é o povo quem detêm o poder e a força. Com um monarca cruel, o povo se torna amedrontado e injuriado, acabando por se reunir e destruir seu poderio. Porém quando os benefícios vêm, o povo se sente feliz e quer bem o monarca, o que diminui consideravelmente a possibilidade de conspiração.

Capítulo IX: O governo civil

Na visão de Maquiavel, governo civil é governo em que o cidadão se torna soberano pelo favor de seus concidadãos.

"O governo é instituído pelo povo ou pela aristocracia, conforme haja oportunidade para um ou para a outra. Quando os ricos percebem que não podem resistir à pressão da massa, unem-se, prestigiando um dos seus e fazendo-o príncipe, de modo a poder perseguir seus propósitos à sombra da autoridade soberana. O povo, por outro lado, quando não pode resistir aos ricos, procura exaltar e criar um príncipe dentre os seus que o proteja com sua autoridade."

A dificuldade é maior de manter-se no poder o príncipe que chegou ao poder através da aristocracia do que o que chegou através do povo, pois a aristocracia se considera igual ao monarca, sendo que o soberano não pode assim dirigi-los ou ordenar em tudo que lhe apraz.

A aristocracia quer oprimir; e o povo apenas não quer ser oprimido. Quem chegar ao poder deve sempre manter a estima do povo, isso será conseguido o protegendo. O povo é quem está com o príncipe na adversidade, quem o povo está com ele, é difícil derrubá-lo do poder.

Capítulo X: Como avaliar a força dos Estados

É examinada a situação do príncipe, se este, em caso de ataque, pode reunir um exército suficiente, e defender-se; ou se não, este não podendo combater, é forçado a refugiar-se no interior de seus muros, ficando na defensiva.

"Portanto, o príncipe que é senhor de uma cidade poderosa, e não se faz odiar, não poderá ser atacado; ainda que o fosse, o assaltante não sairia gloriosamente da empreitada."

O povo tem enorme influencia para definir o a força de um Estado; se o povo estiver ao lado do príncipe, mesmo que um dominador consiga tomar o lugar do príncipe, não se dará bem, pois o povo se levantará contra ele.

Capítulo XI: Os Estados eclesiásticos

Estados conquistados com o mérito ou com a sorte, porém estes não são necessários para conservá-lo, pois são sustentados por antigos costumes religiosos.

"Tão fortes e de tal qualidade são estes que permitem aos príncipes se manterem no poder qualquer que seja sua conduta e modo de vida. Só esses príncipes podem ter estados sem defendê-los e súditos sem governá-los; e seus estados, mesmo sem ser defendidos, não lhes são tomados."

Mesmo que chegue um dominador e tente colocar tal estado sob seu poder, se o povo se mantiver unido, este não obterá êxito em sua empreitada; os costumes são fortes e mantêm o povo unido.

Capítulo XII: Os diferentes tipos de milícia e de tropas mercenárias

Na ótica maquiaveliana, a base principal de um Estado são boas leis e bons exércitos. Há três tipos de tropas, são elas, próprias, mercenárias, auxiliares ou mistas. Sendo as mercenárias e as auxiliares prejudiciais e perigosas.

Os soldados mercenários são covardes, seu único motivo pra lutar é o salário, que nunca é o suficiente para que morram pelo príncipe numa batalha. São dispostos ao príncipe em tempos de paz, mas ao chegar a guerra, o abandonam.

"E a experiência demonstra que só os príncipes e as republicas armadas obtêm grandes progressos, pois as forças mercenárias só sabem causar danos; e também que uma republica que tenha exercito próprio se submeterá mais dificilmente ao domínio de um dos seus cidadãos do que uma republica com armas mercenárias."

Os mercenários pensam em si e no que vão ganhar, não no êxito do monarca. O melhor sempre é usar suas próprias armas. A vitória obtida através da força e armas alheias não é uma vitoria genuína.

Capítulo XIII: Forças auxiliares, mistas e nacionais

Maquiavel iguala as forças auxiliares com as mercenárias: são inúteis. *“As tropas auxiliares podem até ser em si mesmas eficazes, mas são sempre perigosas para os que delas se valem – se são vencidas, isto representa uma derrota; se vencem, aprisionam quem as utiliza.”*

Quanto às tropas mistas, Maquiavel diz sê-las mais eficazes que as compostas inteiramente de mercenários ou auxiliares, mas são muito inferiores que um exército inteiramente nacional.

"Um príncipe prudente, por conseguinte, evitará sempre tais milícias, recorrendo a seus próprios soldados; preferirá ser derrotado com suas próprias tropas a vencer com tropas alheias, vitória que não se pode considerar genuína."

"Em conclusão, nenhum príncipe pode ter segurança sem seu próprio exército, pois, sem ele, dependerá inteiramente da sorte, sem meios confiáveis de defesa, quando surgirem dificuldades."

Assim como ocorreu com Davi quando Saul o ofereceu sua armadura para que enfrentasse Goliath, e Davi preferiu ir com sua funda e um punhal, pois com a armadura de Saul não poderia dar o melhor de si. No entanto as armas alheias nos sobrecarregam e limitam, isso quando não falham. Portanto, o seguro mesmo é ter seu próprio exército e suas próprias armas.

Capítulo XIV: Os deveres do príncipe para com as milícias

O capítulo inicia mostrando o objetivo ou pensamento principal de um príncipe, que além da guerra, é também as leis e a disciplina. Esta é a única arte que se espera de quem comanda. Quem negligencia a arte da guerra, perde a consideração e o principal, o Estado.

A caça é indicada por Maquiavel como um ato a ser sempre praticado pelos soldados, para que estes se habituem à natureza das regiões, a posição das montanhas, a abertura dos vales, aos rios, pântanos...

"A fim se exercitar o espírito, o príncipe deve estudar a história e as ações dos grandes homens; ver como se conduziram na guerra, examinar as razões das suas vitórias e derrotas, para imitar as primeiras e evitar as últimas."

Estes são os deveres do príncipe que nunca deve se acomodar, mesmo nos tempos de paz, mas sempre estar preocupado para que suas tropas estejam em forma quando a sorte mudar, pois como foi dito no Capítulo III, as guerras não podem ser evitadas.

Capítulo XV: As razões pelas quais os homens, especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados

É citado que levando em conta os príncipes, uns são tidos como liberais, outros por miseráveis; um, generoso, o outro ávido; um, cruel, o outro misericordioso; um, perjuro, o outro fiel; um, efeminado e pusilânime, o outro bravo e corajoso; humanitário ou altaneiro; lascivo ou casto; franco ou astuto; difícil ou fácil; sério ou frívolo; religioso ou incrédulo...

Maquiavel reconhece que o ser humano não possui a capacidade de ter todas as qualidades acima enumeradas, então, faz-se necessário que o príncipe tenha a prudência para evitar o escândalo provocado pelos vícios que poderiam abalar seu reinado, evitando os outros se for possível; se não for, poderá praticá-los com menores escrúpulos. Diz ainda Maquiavel:

"Quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está fadado a sofrer, entre tantos que não são bons. É necessário, portanto, que o príncipe que deseja manter-se aprenda a agir sem bondade, faculdade que usará ou não, em cada caso, conforme seja necessário."

O príncipe pode até aparentar ter todas as qualidades acima citadas, mas tê-las realmente já poderia tornar-se prejudicial; por isso é necessário que o príncipe aja de acordo com o momento. Se for necessário usar de bondade, que use; se preciso for a crueldade, que use.

Capítulo XVI: A liberalidade e a parcimônia

A liberalidade deve ser praticada de modo apropriado, não sendo reconhecida. Um príncipe liberal gastará todo o seu tesouro, o que o fará impor pesados impostos ao povo, o que o fará ser odiado pelos seus súditos. E ainda pouco estimado por ter se tornado pobre. E se o príncipe quiser corrigir sua liberalidade será passado imediatamente por miserável.

"[...] o príncipe não se deve incomodar de ser tido como miserável, para não ter de onerar demais os súditos, para poder defender-se e para não tornar-se pobre e desprezado, [...]"

Maquiavel nos mostra neste capítulo que para aquele que já é príncipe a liberalidade é prejudicial, mas para aquele que está a caminho de ser, ser tido como liberal é necessário. É necessário para o príncipe que esteja à frente do exército e vive do botim de guerra, do roubo e de resgates, pilhando a riqueza alheia. Esbanjar as riquezas alheias não diminui a reputação do príncipe, mas sim a ergue; apenas esbanjar os próprios recursos que prejudica. E o mais importante é que o príncipe não seja odiado ou desprezado; a liberalidade leva a uma dessas condições.

Capítulo XVII: A crueldade e a clemência. Se é preferível ser amado ou temido

Todos os príncipes devem preferir ser considerados clementes, e não cruéis. Porém deve se saber usar essa clemência. Quando o objetivo é manter o povo unido e leal, o príncipe não deve se importar em ser tido por cruel; os príncipes novos no poder não podem fugir da reputação de cruel, pois estes estados são os mais perigosos.

Seria bom que o príncipe fosse ao mesmo tempo amado e temido, mas como essa junção é difícil, é preferível que seja temido. Temido de forma que, se não é possível conseguir o amor de seus súditos, se evite o ódio; o que é conseguido não atentando contra as mulheres e os bens dos súditos e cidadãos. Se for necessário que o príncipe decrete a execução alguém, que este dê um bom motivo.

"Os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha."

Quando o príncipe está à frente do exército deve manter a fama de cruel, ou caso o contrario, o monarca não conseguirá comandar com êxito.

O amar vem de acordo com cada homem, mas o temor lhes é imposto; sendo assim o príncipe deve fazer o uso do que lhe tem nas mãos, e não no que depende da vontade alheia.

Capítulo XVIII: A conduta dos príncipes e a boa-fé

É esperado de um príncipe que mantenha sua palavra empenhada, e viver com integridade e não com astúcia. Todavia nem sempre o príncipe pode agir com boa-fé, principalmente quando é necessário para isso ele ir contra os próprios interesses e quando os motivos para que mantenha a palavra não existam mais.

Pode-se lutar de duas formas: pela lei e pela força. Sendo a primeira própria dos homens; a segunda própria dos animais. Contudo uma não é duradoura sem a outra. Quando se é necessário que o príncipe aja como um animal, deve saber agir como o leão e a raposa; o leão para afugentar os lobos e a raposa para fugir das armadilhas.

"[...] é bom ser e parecer piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso; mas é preciso ter a capacidade de se converter aos atributos opostos, em caso de necessidade."

De certo que se não consiga ter todas as qualidades acima citadas, é bom aparentar tê-las; nada é mais necessário do que a aparência da religiosidade. Por tanto:

"Todos veem nossa aparência, poucos sentem o que realmente somos, e estes poucos não ousarão opor-se à maioria que tenha a majestade do Estado a defendê-la."

O que importa para um príncipe é a aparência que passa para os seus subordinados, muitas vezes sendo o contrário do que pensa o povo, mas conseguindo esconder o que se é de verdade.

Capítulo XIX: Como se pode evitar o desprezo e o ódio

Os príncipes devem tomar o cuidado que suas decisões sejam irrevogáveis, e que as sustente de tal forma que a ninguém ocorra enganá-lo ou deslocá-lo.

Os príncipes devem se acautelar contra duas coisas: seus súditos e as potências estrangeiras. Contra as potências estrangeiras lhe servirá boas armas e bons amigos; contra as conspirações dos súditos lhe servirá não ser odiado, visto que o conspirador só executará seu plano se pensar que a morte do soberano satisfará o povo.

"Em poucas palavras, do lado do conspirador estão o medo, os ciúmes, as suspeitas, o receio do castigo; do lado do príncipe há a majestade do poder, as leis, a proteção oferecida pelos amigos

e pelo Estado. Quando a esses fatores se acrescenta a estima do povo, é impossível que alguém cometa a temeridade de conspirar."

Os príncipes sábios tentam sempre não aborrecer os grandes e agradar o povo. Pode-se fazer isso deixando reservado aos grandes as tarefas como os julgamentos – isso pra eles é estima –, todavia o monarca deve ele mesmo fazer os favores. O príncipe deve sempre tomar cuidado para não injuriar alguém de cujos serviços se utilize.

Sempre o que conta para o príncipe é o que seus súditos sentem por ele; se o povo sente ódio ou desprezo, e ainda por cima, não o temem, o Estado será perdido facilmente.

Capítulo XX: A utilidade de construir fortalezas e de outras medidas que os príncipes adotam com frequência

Quando um príncipe novo chega ao poder deve armar seus súditos, o que lhes imporá que o príncipe lhes tem confiança, eles assim se tornam leais e os que já eram leais matem sua lealdade. Se o príncipe novo desarma seus súditos, lhes imporá que não lhes tem confiança, o que provoca ódio contra o soberano.

Todavia se um príncipe adquire um Estado o adicionando ao seu, é necessário que o desarme, com exceção dos habitantes que estiveram do seu lado na conquista; mesmo esses é necessário que lhes seja cortada a ousadia, arranjando as coisas de modo que o poder militar do novo domínio fique nas mãos de soldados que viviam no Estado antigo, junto ao príncipe.

Disse Maquiavel: *"... o príncipe sábio deve fomentar astuciosamente alguma inimizade, se houver ocasião para tal, de modo a incrementar sua grandeza superando esse obstáculo."*

Quanto às fortalezas, se o príncipe teme seus súditos mais do que os estrangeiros, deve construí-las; em caso contrário, não. Maquiavel: *"... a melhor fortaleza é a construída sobre a estima dos súditos, pois as fortificações não salvarão um príncipe odiado pelo povo."*

Capítulo XXI: Como deve agir um príncipe para ser estimado

“Nada faz com que um príncipe seja mais estimado do que os grandes empreendimentos e os altos exemplos que dá.”

Em cada ação o príncipe deve procurar atrair fama de grandeza e excelência. Sendo que quando algum cidadão faz algo extraordinário, bom ou ruim, o príncipe deve lhe dar uma recompensa ou uma punição que seja amplamente comentada pelo povo. Castigos e recompensas devem estar em perfeito equilíbrio; um superior não pode valer-se apenas de um ou de outro.

É elevada a estima de um príncipe que age como amigo ou inimigo declarado, não ficando em neutralidade quando dois de seus vizinhos poderosos estão em guerra.

"O que não é amigo pedirá sempre a neutralidade, e o amigo solicitará uma decisão, e a entrada na guerra. Os príncipes inseguros preferem geralmente permanecer neutros, pensando evitar perigos presentes, o que o mais das vezes os arruína."

Quando o Estado que o príncipe apoiou vence, é estabelecido um vínculo forte de amizade e gratidão por parte desse Estado. Contudo quando o Estado apoiado perde, este sempre ajudará e protegerá enquanto puder seu companheiro de uma sorte que poderá mudar.

O príncipe não deve nunca aliar-se a alguém poderoso para causar dano a outrem, a não ser quando for necessário, pois se o aliado vence, o príncipe fica sujeito ao seu poder.

Os príncipes devem honrar os que são ativos, melhorando seu Estado. Deve-se entreter o povo com festas e espetáculos em certas épocas; e também o príncipe deve estar uma vez ou outra em contato com os membros de subgrupos do Estado, mas sempre mantendo sua dignidade majestosa.

Com isso o povo terá sempre prazer em ter tal como seu soberano e sempre estará ao seu lado.

Capítulo XXII: Os ministros dos príncipes

Para conhecer um príncipe, basta tomar conhecimento dos homens que o cercam, eles causam a primeira impressão do monarca. O monarca sábio escolhe bem seus ministros.

Maquiavel distingue três tipos de mente: um compreende as coisas por si; o segundo compreende as coisas demonstradas por outrem; o terceiro nada consegue discernir, nem só, sem com a ajuda dos outros. O primeiro tipo é o melhor de todo; a segunda também é muito boa, mas a terceira é inútil.

"Toda vez que o príncipe tem o discernimento para reconhecer o bem e o mal naquilo que se faz ou diz (mesmo que não apresente originalidade de intelecto), identificará as obras boas ou más do seu ministro, corrigindo algumas e incentivando outras."

O ministro que procura sempre em todas as suas ações seu próprio interesse nunca será um bom ministro, não merecendo confiança. Quem é ministro nunca deve pensar em si próprio, mas sim no monarca. Para assegurar a fidelidade do ministro, o príncipe deve honrá-lo e enriquecê-lo, fazendo-lhe favores e atribuindo-lhe encargos.

Podemos dizer que se conhece o superior através de seus subordinados.

Capítulo XXIII: De que modo escapar aos adutores

O príncipe deve evitar os adutores – as cortes estão cheias –, mostrando que não há ofensa em falar a verdade, todavia quando todos podem falar a verdade a uma pessoa, perdem-lhe o respeito. O príncipe sábio tomará homens sábios como conselheiros, que falarão a verdade ao príncipe, mas somente quando perguntados e sobre o que perguntados, assim o príncipe não ouvirá mais ninguém. O príncipe ouvirá seus conselheiros somente quando quiser e as decisões tomará sozinho.

O príncipe que não é sábio nunca poderá ser bem aconselhado, pois ele ouvirá os conselheiros e não saberá harmonizá-los. Se a sorte lhe dê um orientador ainda poderá se sobressair, mas mais na frente este orientador lhe tomará o poder.

"Os conselheiros pensarão todos nos seus próprios interesses, e o príncipe será incapaz de corrigi-los, ou de reconhecê-los. Não pode ser de outra forma, pois os homens falam sempre com falsidade, a não ser quando a necessidade os obriga a serem verídicos."

Os bons conselhos nascem da prudência do príncipe; e que esta não nasce dos bons conselhos recebidos. Tudo vem da capacidade do príncipe, da sua capacidade de escolha. Em suas decisões o príncipe deve ser claro e objetivo, mantendo, sempre que possível sua palavra. Um príncipe que muda a todo o tempo de ideia acaba por deixar o povo confuso, o fazendo perder a confiança.

Capítulo XXIV: As razões por que os príncipes da Itália perderam seus domínios

Um novo soberano é sempre mais observado do que um soberano de antiga dinastia; quando o soberano novo faz atos virtuosos, estes cativarão mais os súditos do que os de um monarca de antiga dinastia. Deverá o monarca novo não falhar em outras coisas, fortalecendo seu Estado com boas leis, boas armas e bons exemplos.

"Se considerarmos aqueles senhores que perderam seus estados na Itália de hoje, como o rei de Nápoles, o que de Milão e outros, encontraremos neles em primeiro lugar um defeito comum no que se refere às forças armadas, pelos motivos já amplamente examinados. [...] alguns ou sofriram a hostilidade do povo ou, se o povo lhes tinha estima, não souberam garantir-se contra os nobres."

Quando o príncipe tem o povo do seu lado, mesmo assim este não pode deixar ser derrubado esperando que o povo venha a reerguê-lo se levantando contra o dominador. Disse Maquiavel: *"Só são boas, seguras e duráveis aquelas defesas que dependem exclusivamente de nós, e do nosso próprio valor."*

Capítulo XXV: O poder da sorte sobre o homem e como resistir-lhe

Na visão de Maquiavel, tudo que acontece conosco é atribuído à sorte, mas metade disso podemos controlar. Para ele a sorte é como um rio, que quando este corre calmamente podemos construir diques e barragens para que quando as águas vierem com fúria, sejam desviadas e seu ímpeto seja menos selvagem e devastador.

"[...] o príncipe que baseia seu poder inteiramente na sorte se arruína quando esta muda. Acredito que é prudente quem age de acordo com as circunstâncias, e da mesma forma é infeliz quem age apondo-se ao que o seu tempo exige."

O tempo vai determinar como que cada príncipe deve agir, contudo deve-se agir no tempo certo e sempre preparado para quando a sorte variar, assim Maquiavel aconselha ser impetuoso e cauteloso com a sorte.

Capítulo XXVI: Exortação à libertação da Itália, dominada pelos bárbaros

Neste último capítulo Maquiavel expressa o seu anseio pela libertação de sua pátria, a Itália.

"[...] agora, quase sem vida, a Itália espera por quem lhe possa curar as feridas e ponha fim à pilhagem na Lombardia, à rapacidade e à extorsão no reino de Nápoles e na Toscana, curando-a das chagas abertas há tanto tempo. Pede a deus que lhe envie alguém capaz de libertá-la dessa insolência, dessa Barbaria crueldade. Esta disposta a seguir uma bandeira, desde que alguém a empunhe."

Maquiavel deixa explícito neste capítulo que seu desejo é que Lorenzo de Medici se torne o soberano da Itália daqueles tempos, deixando claro também o principal motivo de ter escrito "O Príncipe", um manual para que Lorenzo de Medici reine com êxito na Itália:

"Não se deve, portanto deixar que se perca esta oportunidade; a Itália, depois de tanto tempo, precisa encontrar seu libertador."

"Que vossa ilustre família possa, portanto, assumir esta tarefa com a coragem e as esperanças inspiradas por uma causa justa, de forma que, sob sua bandeira, nossa pátria volte a se levantar [...]"